ISSN 2525-6904

ARTIGO

Relacionamentos lésbicos também podem ser abusivos: uma discussão a partir de perfis no Instagram.

Pâmela Laurentina Sampaio Reis[1], *Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil (UFSC)*
Miriam Pillar Grossi, *Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil (UFSC)*

Resumo. Este artigo analisa a questão das violências em relacionamentos lésbicos, tendo como lócus de pesquisa a plataforma e rede social Instagram. Por meio de uma etnografia de tela (Rocha *et al.*, 2023), iniciamos a pesquisa seguindo os perfis do Arquivo Lésbicas Brasileiro (@arquivolesbicobrasileiro-10,6 mil seguidores) e da Brava (@brav.a_-67,3 mil seguidores), tendo como foco as postagens relativas aos temas do amor e violências no contexto dos relacionamentos lésbicos. Através das indicações desses perfis, conhecemos e acompanhamos os perfis da @sapataoamiga (24,3 mil seguidores), @lesbicanegraecaminhao (16,0 mil seguidores), e @pretacaminhao (18,4 mil seguidores), devido à produção e circulação da temática em foco. Em nossa análise buscamos verificar como o tema das violências nos relacionamentos lésbicos emerge nos anos 2020 no Brasil através da circulação de *posts*, de comentários e de reações a eles.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Relacionamentos lésbicos. Instagram.

[1]Esse trabalho teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq- ((processo nº: 141532/2021-1).

Introdução

"Vocês lidam bem em assumir que podem ser abusivas?", questiona Alaine Santana, em uma postagem na sua página no Instagram, @lesbicanegraecaminhao (15,8 mil seguidores). O post provoca e desestabiliza o imaginário social dos relacionamentos lésbicos ao afirmar e reconhecer a existência de distintas violências que fraturam e podem deixar marcas indeléveis no corpo e na alma. Em outro post, intitulado "Lei Maria da Penha para lésbicas", Alaine Santana, por meio de uma escrita dialógica, apresenta a Lei Maria da Penha (LMP) como mecanismo para assegurar às mulheres lésbicas vítimas de agressão, seja no contexto íntimo de um relacionamento, seja no familiar. Além disso, direciona a possível agressora a buscar ajuda, uma vez que este debate não visa reforçar a dicotomia entre vítima e agressora.

Ao discutirmos e analisarmos as violências no contexto dos relacionamentos lésbicos, ainda nos deparamos com a romantização de mitos, em certa medida, resultantes das relações de gênero, que fixaram as posições da mulher vítima e do homem agressor. Jamine Miranda escreveu em seu perfil @lesbicanegraecaminhao um post sobre romantizações e violências nas relações entre mulheres, relatando seu processo de desencantamento ao ter acesso a histórias de violências contadas por suas amigas. Como resposta imediata, encontramos na legenda a indicação da Lei Maria da Penha como um mecanismo de proteção. O conteúdo do post não faz menção a possíveis vítimas ou agressões, mas evoca a necessidade de reconhecermos, em nossas práticas, rastros de violências, pois, como nos diz Jamine Miranda, "aprendi que o amor/relacionamento entre mulheres era um completo 'mar de rosas' e que as diversas formas de violências só existiam no universo heterossexual".

A partir dessas críticas, é importante refletirmos sobre onde e como estamos discutindo as violências vivenciadas em nossos relacionamentos e, principalmente, como podemos ampliar o debate para combater esse problema. Nesse sentido, o espaço digital destaca-se como um importante canal de comunicação e informação. Por meio de redes sociais como o Instagram, por exemplo, compartilhamos experiências e consumimos conteúdos, a exemplo dos de Alaine Santana e Jamine Miranda. Este artigo examina a mobilização de debates sobre violências em relacionamentos lésbicos no Instagram, durante o período da pandemia da Covid-19.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a Covid-19 como estado de pandemia, estabelecendo o isolamento social como única medida de contenção da transmissão, diante da até então inexistência de vacina cientificamente comprovada. O confinamento reordenou o mundo e, pelo intenso uso de comunicação virtual, borrou as fronteiras entre os espaços públicos e privados. Isto é, "os espaços antes privados, recônditos, em certa medida, tornaram-se públicos na interface de telas" (Rocha *et al.*, 2023, p. 20). Isoladas em suas casas, todos os encontros passaram a ser mediados pelas telas e impuseram distintas maneiras de socialização coletiva através do uso de ferramentas como lives no Instagram, Facebook, Youtube e salas através de salas virtuais via Zoom e Google Meet. Como diferentes autoras e autores analisaram (Rosa, 2022; Thomé; Martins, 2021) estas formas de comunicação foram potencializadas e tornaram-se recursos fundamentais para a realização de pesquisas científicas[2].

Foi nesse contexto da pandemia que investigamos o tema das violências nos relacionamentos lésbicos através da plataforma e rede social Instagram. Nossa pesquisa foi motivada pelas inquietações surgidas em dezembro de 2021, durante o Curso de Extensão intitulado, *Lesbianidades e Interseccionalidade: diálogos inseparáveis*[3], promovido pelo Grupo de Estudos de Raça, Gênero, Sexualidades e Classe, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Durante os quatro módulos do curso, discutimos sobre as complexidades da lesbofobia e do lesbocídio no Brasil[4]. Ao refletirmos sobre o aumento dessas violências e das vulnerabilidades das pessoas LGBTQIA+ durante a pandemia da Covid-19, questionamos sobre a ausência de discussões em relação às violências no âmbito dos relacionamentos lésbicos. Esta pauta não foi aprofundada no curso. Contudo, uma das participantes deixou como

[2]Se durante o confinamento elas eram a única forma possível de dar continuidade às pesquisas em curso, é importante destacar que o formato virtual permaneceu após o isolamento social como um importante meio de desenvolvimento de investigações.

[3]O Curso foi ministrado nos dias 24/11/2021, 01/12/2021, 08/12/2021 e 15/12/201, pelas professoras Luciene Dias (UFG), Ana Cristina Conceição Santos (UFAL), Pâmela Laurentina Sampaio Reis (UFSC), Elaine Nascimento (FIOCRUZ) e por Talita Victor, Lesbofeminista e ativista.

[4]Segundo Peres, Soares e Dias (2018), lesbofobia é um tipo de violência direcionada exclusivamente às lésbicas e o lesbocídio é a morte das lésbicas por motivações de preconceito – lesbofobia – ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica.

sugestão de leitura do livro, *Na Casa dos Sonhos*[5], de Carmem Maria Machado. Instigadas pelo tema, compramos o livro.

Estimuladas pela leitura desta ficção, buscamos averiguar como este tema estava sendo mobilizado no Brasil e, face a impossibilidade de realizar pesquisas presenciais, buscamos apoio na literatura e resolvemos desenvolver uma pesquisa através de redes digitais. Nos fundamentamos em autoras como Motter (2020), que argumentam que plataformas de rede social, como o Instagram, possibilitam a discussão de determinados temas que não encontram outros espaços para serem amplamente debatidos e, também por isso, têm sido apropriadas por sujeitas/os e temas específicos que, antes, permaneciam à margem. Partindo desta proposta seguimos os pressupostos metodológicos já consagrados da etnografia de tela que: "envolve um pesquisador/a/e que, por um longo período, se envolve em um cenário de campo, observando os vínculos, as ações e as interpretações dos indivíduos nesse contexto" (Rocha *et al*., 2023, p. 33) e incorpora procedimentos típicos da pesquisa antropológica, como o aprofundamento no campo, a observação sistemática, registro em cadernos de campo.

Assim, iniciamos esta pesquisa, analisando especificamente dois perfis lésbicos com ampla circulação no Instagram: Arquivo Lésbicas Brasileiro (@arquivolesbicobrasileiro-11,0 mil seguidores) e da Brava (@brav.a_-67,63mil seguidores), fazendo um levantamento de *posts*, lives e cursos[6]. Através das indicações destes perfis conhecemos os perfis da @sapataoamiga (25,6 mil seguidores), @lesbicanegraecaminhao (16,0 mil seguidores) e da @pretacaminhao (18,4 mil seguidores). Passamos então a acompanhá-los com o intuito de verificarmos como o tema da violência nos relacionamentos lésbicos estava sendo mobilizado através da circulação de *posts*, comentários e reações. Constatamos, através de

---

[5] Trata-se de um livro de memórias da autora, no qual, ela desnuda as dinâmicas do seu relacionamento com a sua ex-companheira. O livro foi lançado em 2019 nos Estados Unidos e chegou em solo brasileiro em 2021 pela Editora Companhia das Letras. Carmem Maria Machado, ao mover-se por meio dos fios da sua memória, reconstrói cenas e diálogos do seu relacionamento lésbico abusivo, tendo como pano de fundo a imagem da casa, símbolo que remete à intimidade, ao lar supostamente viável para construir uma vida feliz. Ao adentrarmos na Casa *dos Sonhos,* as marcas do abuso físico e psicológico vão sendo apresentadas. A autora compartilha o passo a passo da sua dificuldade em se reconhecer em um contexto de violência e apresenta as manobras para contornar o *silêncio do arquivo*, expressão utilizada para enfatizar o silenciamento deste tipo de violência e as falhas dos processos de registros.

[6] Destacamos o importante lançamento em maio de 2022, pelo Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) do Clube de Leitura com a proposta de discutir livros e textos de autoras lésbicas que abordassem a temática da lesbianidade. O livro de Carmem Maria Machado foi uma das primeiras obras discutidas na primeira temporada do Clube de Leitura da ALB.

nossa observação, que os três perfis discutem assuntos direcionados a negritudes, lesbianidades, performances de feminilidade que vazam a heteronorma, com especial atenção a temática racial. Outras autoras que têm analisado estes perfis, confirmaram que os seus conteúdos destacam "a importância de um olhar interseccional em análises que voltam a atenção para as experiências das lesbianidades que contrastam com um padrão desejável que é privilegiado e, portanto, ganha mais visibilidade" (Barretos *et al*., 2022, p. 73), em plataformas como o Instagram.

A importância de nomear a violência

As violências nos relacionamentos lésbicos são um fenômeno social complexo sobre o qual pouco se discute, se analisa, se escreve. Atos de violência em casais de mulheres, geralmente são invisibilizados nos espaços de sociabilidade lésbica, dos movimentos sociais, das instituições nas quais se formulam e se executam políticas públicas de combate às violências de gênero, bem como na esfera de produção de conhecimento científico (Macedo, 2020). Inúmeras pesquisas realizadas no Brasil ao longo das últimas décadas como as de Grossi, Minella e Losso (2006) analisaram a efetividade e os desafios das políticas voltadas para o enfrentamento das violências contra as mulheres. No entanto, encontramos poucos registros, investigações, campanhas e dados sobre as violências nos relacionamentos lésbicos e buscamos, em nossa investigação, constituir um arquivo das violências contra mulheres lésbicas no Brasil[7].

Sabemos que a constituição de um arquivo é um processo denso e complexo, que exige situar e contextualizar densamente o que se procura registrar, tendo em vista, o tensionamento de uma relação interpessoal entre a "fonte" e quem documenta. Como argumenta Bacchetta (2021), é importante mobilizar noções de historiografia e contextualidade-histórico densa para destacar os sentidos situados de uma ação, item e conduta dentro de uma episteme contextual específica e tensionar pressupostos, categorias e lógicas dominantes.

[7]Arquivo é compreendido aqui como uma ferramenta analítica dos processos de registros deste tipo de violência nas esferas macro - nos marcos das políticas públicas - e micro - na forma como as vítimas percebem, nomeiam e registram a violência. As lacunas da violência nos relacionamentos lésbicos estão entramadas em feixes de relações de poder, fendas e silêncios, afinal, "decidir o que entra ou fica de fora do arquivo é um ato político, ditado pela arquivista e pelo contexto político na qual ela vive" (Machado, 2021, p. 10).

Seguindo este caminho buscamos constituir um arquivo para ampliar as análises, revirar os contextos, situações e sentidos que dão densidade aos arquivos ordinários da vida - amorosa, afetiva e política - das mulheres lésbicas, percorrendo as fendas e lacunas desses arquivos, explorando o cotidiano das experiências relatadas no Instagram, em movimentos miúdos que contam histórias até então silenciadas, no que diz respeito às violências afetivo-conjugais entre casais de mulheres lésbicas.

Nessa direção é importante considerar os diversos contextos sociais e culturais. Por exemplo, ao analisarmos a violência nas relações lésbicas podemos identificar outras lógicas de poder e de controle a partir das quais a articulação com a categoria gênero pode ser oportuna, inclusive para revelar o processo de construção das noções de vítima e agressora. De acordo com Avena (2010), nos relacionamentos lésbicos os ataques de ciúmes doentios, de problemas psicológicos graves, demonstrações de poder dolorosas e de manipulações psicológicas também se fazem presentes. Afinal, temos o controle e o poder sendo exercido por uma mulher sobre outra.

De acordo com Nunan (2004), a sociedade já expressa dificuldades em responsabilizar homens por seus atos violentos, logo, reconhecer e acusar uma outra mulher de agressão, por vezes, torna-se impensável. Ristock (2003) critica esta abordagem por reproduzir a perspectiva heteronormativa e binária. Além disso, chama atenção para o espaço de agência das vítimas, que é fundamental para tensionar o uso da violência nas relações de gênero (Grossi, 1998). Essa questão é sensível do ponto de vista da interpretação da violência na dinâmica dos relacionamentos entre lésbicas, que tende a reforçar o paradigma binário de gênero, que associa violência a comportamentos masculinos (Santos, 2018). Dentre as distintas correntes analíticas acerca da violência conjugal lésbica, algumas consideram importante focar nos aspectos psicológicos que envolvem as agressões e outras interpretam a violência a partir da noção de agressão mútua (Santos; Freitas; Ceara-Silva, 2019).

Essas questões são apresentadas nos primeiros trabalhos sobre essa temática, produzidos entre as décadas de 1980 e 1990, como *Violence in Lesbian Relationships: A Preliminary Analysis of Causal Factors* (Renzetti, 1988, 1992), trazem no qual encontramos três pontos fundamentais que ainda atravessam o contexto atual: o primeiro se refere ao mito da não violência entre as parceiras; o segundo envolve a discussão da construção social das noções de vítima e de agressor/a; o

terceiro questiona o silêncio por parte de ativistas e dos movimentos sociais, os silenciamentos sociais e acadêmicos.

Sobre a problemática do silêncio por parte de ativistas e dos movimentos sociais, Burke e Follingstad (1999), Renzetti (1992), Topa (2010), Avena (2010) e Alencar (2017) argumentam que o silêncio pode estar associado ao medo de reforçar estereótipos negativos em torno da orientação sexual e da estigmatização social pela sociedade. Moura e Ramos (2022) chamam atenção para a dimensão do medo articulado às formas de violência que incidem nos relacionamentos lésbicos causando o efeito do *duplo armário*[8] e dificultando o acesso das vítimas a suas famílias e aos serviços públicos. Para Rojas (2009), o *segundo armário* consiste nas dinâmicas de violência e de abuso. Sair desse armário exige de muitas lésbicas o esforço de reconhecimento de si enquanto sujeito de direito. Ao analisarmos o imaginário da violência sob a égide da heterossexualidade, nos deparamos com a negação das lésbicas no campo da linguagem:

> La heterosexualidad niega en el imaginario la existencia de otras preferencias sexuales, inclusive en el lenguaje, llevando a que muchas lesbianas no se asuman como tales por no conocer la posibilidad de serlo, o no conocer palabra para definir los sentimientos que experimentan, del mismo modo, el maltrato en las relaciones de pareja lesbiana presenta dificultades, en su conceptualización, similares a las experimentadas por la situación de closet (Rojas, 2009, p. 6).

De acordo com a socióloga chilena, tal negação obstacula o reconhecimento de si e dos sentimentos, a exemplo do abuso em suas relações. É importante avaliarmos a ambivalência entre o medo, o silêncio e o ato de nomear. Lorde (2019) sugere que apostemos na transformação do silêncio em linguagem e em ação com a finalidade de ressignificarmos essa linguagem que opera contra nós pois se o medo é o elo entre o silêncio e ator de nomear, logo, o silêncio garante a manutenção diante das expressões mais cruéis da violência lesbofóbica e conjugal. “Em nome do silêncio, cada uma de nós evoca a expressão de seu próprio medo – o medo do desprezo, da censura ou de algum

[8]De acordo com Moura e Ramos (2022), o duplo armário consiste na: a) autoculpabilização em razão da lesbofobia internalizada; b) medo de uma dupla estigmatização social pela sociedade mais ampla caso venha a denunciar; c) medo do “outing”, isto é, a utilização da orientação sexual enquanto mecanismo de manipulação e barganha para manter a vítima/sobrevivente silenciada; d) “fusão lésbica”, ou seja, é comum que a rede de amizades e de apoio entre a vítima/sobrevivente e sua companheira seja a mesma, o que pode gerar medo de perda dessas relações com o fim do relacionamento e um consequente aprofundamento do isolamento social.

julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação" (Lorde, 2019, p. 53).

O ato de nomear é atravessado por relações de poder e torna-se um gesto político perfilando formas iniciais de apreensão de experiências ou fenômenos escondidos (Diniz; Costa; Gumieri, 2015, p. 225), como o da violência no âmbito da conjugalidade lésbica.

Seria ingênuo supormos que o fenômeno da violência é universal. Ao contrário, é situacional e atinge as mulheres de formas diversas sem hierarquias de opressão. No Brasil, destacam-se duas grandes pesquisas de ampla circulação sobre as vivências lésbicas. A primeira trata-se do Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017 e foi lançado em 2018, pelas pesquisadoras Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felippe Soares e Maria Clara Dias. A preocupação central das autoras foi compreender a motivação das mortes através da análise material da condição lésbica na sociedade brasileira ocidental contemporânea. Os casos analisados são oriundos do monitoramento de redes sociais, sites, jornais eletrônicos e outros "meios de comunicação que fossem expressões de notícias criminais nacionais, regionais e locais, buscando a identificação dos casos de lésbicas assassinadas ou suicidadas" (Peres; Soares; Dias, 2018, p. 25). A segunda, trata-se do Lesbocenso Brasileiro, lançado no dia 29 de agosto de 2022, no qual foram apresentados os dados da primeira etapa da pesquisa[9].

Discussões sobre a violência nos relacionamentos lésbicos no Instagram

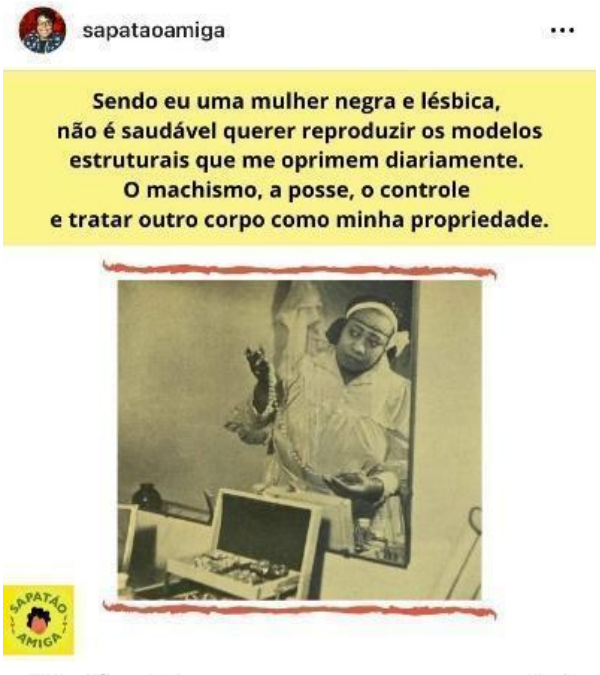
Ao buscarmos nesses perfis postagens e discussões sobre violências no âmbito das relações íntimas, verificamos poucos ou raros *posts* sobre o tema. Inicialmente, encontramos o tema da violência articulado nas discussões sobre o amor. Neles se argumenta que sendo o amor romântico cisheteropatriarcal se faz necessário conhecer as suas consequências com o objetivo de identificar as diversas violências que atravessam os relacionamentos lésbicos considerando a interseção dos marcadores sociais da diferença. Vejamos a postagem feita no Instagram da @sapataoamiga (26,7 mil seguidores).

[9]Para maiores detalhes consultar em: https://lesbocenso.com.br/relatorio-primeira-etapa.

Figura 1 – Postagem “Para Repensar o Amor” 1/7.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 2 – Postagem “Para Repensar o Amor” 2/7.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 3 – Postagem “Para Repensar o Amor” 3/7.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 4 – Postagem "Para Repensar o Amor" 4/7.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 5 – Postagem "Para Repensar o Amor" 5/7.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Ana Claudino criadora do canal Sapatão Amiga (Youtube, Instagram, Twitter), do *Podcast* LesboSapiência e atua como colunista do canal Mídia Ninja, é negra, sapatão, ciberativista, pesquisadora em raça, gênero, sexualidade e comunicação. Em maio de 2020, um *post* intitulado, *Para Repensar o Amor,* traz uma série de cards destacando trechos de um texto que seria publicado posteriormente, na íntegra, em sua Newsletter com o mesmo título. O texto tem uma escrita simples, direta e nos põe a refletir sobre as lógicas de amor que aprisionam, especialmente as mulheres negras, lésbicas, e engendram os modos de viver. De acordo com Ana Claudino, a noção de amor romântico burguês constrói comportamentos autorizados, como o ciúme, a posse, o controle, e objetifica a pessoa amada.

As Figuras 1, 2, 3, 4 e 5 destacam, por um lado, a relação do amor com a liberdade, compartilhamento de vida, equidade e empatia. Por outro, pontuam os modelos opressores. Para Lorde (2019), grande parte da história da Europa Ocidental olhou para as diferenças humanas a partir de uma oposição dicotômica simplista, modelando uma sociedade na qual sempre um grupo de pessoas, por meio de opressões sistemáticas, foi relegado à posição inferior, de desumanizado. As mulheres negras, lésbicas, feministas estão incluídas neste grupo. Lorde (2019) chama de norma mítica a matriz ordenada pelo branco, macho, magro, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável,

produzindo, a partir dela, uma armadilha de poder que opera dentro da sociedade.

Nessa direção, observa-se a partir do conteúdo das postagens uma distorção em torno da diferença quando um conjunto de pessoas, ao não se identificarem com essa matriz, ficam expostas aos duros efeitos da opressão, como, por exemplo, as mulheres lésbicas negras. O não reconhecimento da diferença turva o olhar frente a complexidade do sistema de poder patriarcal. As vidas das mulheres negras, de acordo com Lorde (2019), estariam envoltas da violência e do ódio ao construírem suas experiências nas trincheiras, fora da norma mítica, isto é, em constante processo de precariedade, percebido, inclusive, na dimensão dos afetos, nas possibilidades de amar e de serem amadas. Logo, entendemos aqui estas dimensões de forma situacional, compreendendo os elementos que se articulam ao ideal universalista do amor romântico, como a posse, o ciúme, a renúncia de si, o machismo, como uma gramática cultural, contextual e situada nas visões de mundo das sociedades ocidentais modernas (Fernandes, 2022).

Entendendo, portanto, os vínculos amorosos como relações construídas historicamente que produzem e ordenam os sentimentos, voltemos o nosso olhar para as Figuras 2 e 4. Nelas, Ana Claudino marca a sua posição de mulher negra e lésbica e problematiza a reprodução dos modelos de opressão no contexto dos relacionamentos entre mulheres lésbicas negras, situando assim marcadores sociais da diferença como raça, gênero e orientação que ganham relevo no *post*. No Instagram, o *post*, conforme apontam as Figuras 1, 2, 3, 4 e 5, teve cinquenta e cinco comentários distribuídos entre reações com *emojis* de coração, marcações de perfis de terceiros, cuja intenção é mostrar o post para outra pessoa, e comentários corroborando com a proposta do texto e chamando atenção para a problemática da violência nos relacionamentos lésbicos, marcados pelo adoecimento, posse, ciúmes e competição.

As Figuras 6, 7 e 8 trazem a sequência desta reflexão na qual analisa-se a descolonização dos afetos e critica-se a lógica tóxica neoliberal que pode reforçar práticas e atos violentos no âmbito das relações lésbicas. As figuras 7 e 8, ao evocarem as possibilidades de outras formas de afetos, ampliam a compreensão sobre a dimensão dos sentimentos e do amor, mostrando a presença, mesmo que não nomeada de conceitos caros ao pensamento lésbico como o conceito de um *continum lésbico,* acionada por Rich (2012). Neste sentido podemos analisar as noções de fluxo e movimento em redes de afetos, de cuidado, de apoio, tecendo modos de vida entre mulheres para além dos sistemas

heterossexuais, como sugerem as Figuras 6, 7 e 8. O *post* teve cinquenta e cinco comentários seguindo a mesma lógica do anterior e o texto completo foi publicado na Newsletter de Ana Claudino.

Figura 6 – Postagem "Sobre mulheres que amam mulheres e outras formas de afeto" 1/4.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 7 – Postagem "Sobre mulheres que amam mulheres e outras formas de afeto" 2/4.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 8 – Postagem "Sobre mulheres que amam mulheres e outras formas de afeto" 3/4.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

O *post* representado pelas Figuras 6, 7 e 8 circulou por inúmeros perfis seguindo a ferramenta de repostagem e reverberou em grupos de *Whatsapp* proporcionando uma série de compartilhamentos do conteúdo. Para Ana Claudino, o amor sapatão não caberia nesses moldes, contudo, na ausência de representações deste amor, internaliza-se formas de afeto e comportamentos heteronormativos. Esse é o tom do seu texto sobre o amor sapatão publicado em sua coluna do Mídia Ninja com o título "O amor camarada Sapatão", conforme aponta a Figura 9.

Figura 9 – Coluna "O amor camarada Sapatão".

Fonte: Claudino (2020).

Já no perfil da @lesbicanegraecaminhao (15,8 mil seguidores), administrado por Alaine Santana, lésbica negra,

bofinha/caminhoneira[10], psicóloga, que articula estas pautas à saúde mental, encontramos um debate sobre o amor que segue a linha crítica esboçada por Ana Claudino. Encontramos o seguinte *post* no *feed* acompanhado de um texto no espaço destinado a legendas:

Figura 10 – Postagem "O Amor..." 1/10.

Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Figura 11 – Postagem "O Amor..." 4/10.

Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Alaine Santana esboça uma crítica ao ideal do amor romântico e argumenta que para refletir sobre o amor se faz necessário entender os

[10]No contexto brasileiro, os termos caminhoneira e sapatão, por décadas foram empregados de maneira pejorativa contra as lésbicas. De acordo Assis (2023), nos últimos anos esses termos passaram por um processo de ressignificação tornando-os categorias identitárias que define, de maneira positiva, um tipo de lésbica (Assis, 2023). Barretos *et al* (2022, p. 87), ao analisarem as lesbianidades no contexto das plataformas digitais, observaram o deslizamento semântico do termo sapatão, que em determinados momentos foi usado como "ofensa e em outros foi apropriado de forma a inverter seu significado para que ele fosse usado com orgulho".

efeitos e os impactos do sistema da colonialidade e da interseção dos marcadores de raça, gênero, sexualidade, saúde, masculinidades e feminilidades. O *post* expresso nas Figuras 10 e 11 que teve cinquenta e nove comentários nos quais encontramos agradecimentos ao tema levantado e pontuando a urgente necessidade de ampliar as discussões sobre o amor. Dessa forma, encontra-se nas operações de poder colonial a "fusão" do gênero e da raça. Conforme Costa (2010), é possível analisar a genealogia da formação da categoria de gênero dentro do projeto colonial como um mecanismo fundamental por meio do qual o capitalismo colonial global estruturou as assimetrias de poder no mundo contemporâneo. Ao seguir esta reflexão, ter-se-á o gênero como uma categoria colonial (Lugones, 2014) por intermédio da qual será possível historicizar o patriarcado, evidenciando as formas de imbricação da heteronormatividade, do capitalismo e da classificação racial, efeitos da colonialidade de gênero ainda são encontrados em nós. Seguindo as postagens de Alaine Santana podemos pensar nos sentidos atribuídos às escolhas afetivas das mulheres negras, lésbicas e caminhoneiras, como ela problematiza essas questões na Figura 12.

Figura 12 – Postagem sobre ser caminhoneira preta.

Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Alaine Santana chama atenção para os aspectos que permeiam as dinâmicas de afetividade a partir da discussão que envolve as

disparidades raciais e o "condicionamento social que determina nossas inclinações amorosas estabelecidas por intermédio de um ponto de vista histórico e racial, que inviabiliza mulheres negras como indivíduos ativos nos espaços afetivos" (Cruz, 2021, p. 86). Nesse sentido, a solidão da lésbica caminhoneira[11] negra torna-se mais complexa no campo dos afetos. De acordo com Lima (2018), as "lésbicas negras têm seu corpo-subjetivação atravessado, entre outros, por três eixos de opressão que atuam com muita força: raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão" ao ser articulada aos marcadores como classe, geração, território, fortalecendo os processos de exclusão.

Jamine Miranda que escreve no perfil @lesbicanegraecaminhao, é historiadora, mestra em educação, pesquisadora, educadora social, podcasts.

Figura 13 – Postagem sobre o amor sapatão #1.

Fonte: Instagram da @pretacaminhao (2020).

[11]À lésbica dita masculinizada é atribuída uma série de nomeações: sapatão, caminhoneira, machorrinha, butch, bofinho, etc. Esses termos são, na maioria das vezes, utilizados de maneira pejorativa (Cunha, 2021).

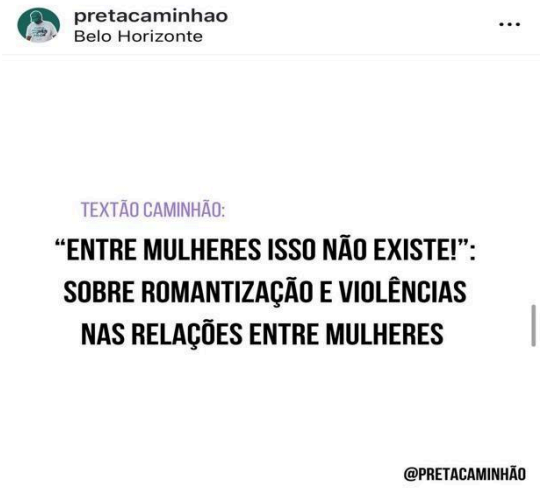
Figura 14 – Postagem sobre o amor sapatão #2.

Fonte: Instagram da @pretacaminhao (2022).

Jamine Miranda, em seu texto que segue o *post* exposto na Figura 13, marca a sua posição contrária a qualquer tipo de relacionamento amoroso que nega a sua forma de vivenciar o mundo. Os seus argumentos sinalizam a importância de fugir de relacionamentos que sufocam os seus desejos e vontades e a necessidade de romper com os modelos violentos de relacionamento. De acordo com Jamine Miranda, a potência do amor sapatão não precisa ser validada, precisa ser visibilizada e vivenciada. E quando se trata de mulheres lésbicas, negras, caminhão? Esse questionamento perpassa a Figura 14 na qual Jamine Miranda problematiza a reciprocidade dos afetos entre mulheres lésbicas, negras e caminhão. São corpos/vidas que além de terem direito ao amor e aos afetos, também precisam ser amadas.

Outro eixo de análise aponta o tema da violência nos relacionamentos lésbicos articulado aos diversos tipos de violência. Jamine Miranda, no dia 15 de junho de 2021, fez post, criticando a romantização em torno das relações entre mulheres, especialmente no que se refere as violências.

Figura 15 – Postagem sobre a romantização e violência nas relações entre mulheres.



Fonte: Instagram da @pretacaminhao (2021).

O post, que recebeu 81 comentários, gerou reações diversas. Os principais temas abordados foram: a importância do tema, a necessidade de contextualizar o debate para evitar análises superficiais baseadas apenas nas pautas do patriarcado, a desconstrução do mito da não violência e os tipos de violência mais comuns (com destaque para a violência psicológica, enquanto a violência sexual foi mencionada de forma discreta). Houve também críticas à recusa de algumas frentes feministas em discutir o assunto. Os resultados da pesquisa sobre A toxicidade oculta em relacionamentos lésbicos, apresentados por Amarala, Frayman e Rios (2023, p. 195), apontam a prevalência da violência psicológica compreendida em termos da vivência "de abusos e agressões psicológicas, que foram reportadas muito mais vezes (95,7% de ocorrências) que a violência física (30,4% de ocorrências) e a violência sexual (19,6% de ocorrências)". Esses dados nos demonstram um padrão percebido em nossas pesquisas, ou seja, a correlação entre a violência psicológica e as noções de abuso e toxicidade.

No perfil da @sapataoamiga, identificamos *posts* abordando temas como a lesbofobia, o lesbocídio, a violência contra pessoas LGBTQIAP+ e duas postagens que tratam da violência contra a mulher a partir da qual falava sobre violências contra mulheres lésbicas e trans. No dia 08 de março de 2020, o perfil publicou um *reels* apresentando o

Violentômetro[12], material produzido pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, cujo objetivo é ajudar as mulheres a perceberem as situações de violência. Nesse vídeo, Ana Claudino chama atenção para os efeitos do machismo e da violência estrutural que incidem nos diversos tipos de relacionamentos e reforça a importância do Disque 180 e da Lei Maria da Penha[13] como ferramentas que acolhem mulheres cis, trans, travestis, sapatonas, mulheres bissexuais e pansexuais. Reforça também que os relacionamentos abusivos não ocorrem apenas entre homens e mulheres cis.

No dia 12 de novembro de 2021, Ana Claudino fez um *post* apresentando a campanha "Informe Mulheres, Transforme Vidas", articulada pelo Centros de Cidadania da Mulher na cidade de São Paulo. O conteúdo da postagem repete as informações do *post* feito no *reels* em março do ano anterior sobre a importância do Violentômetro. Contudo, identificamos interações nos comentários que demonstraram, em primeiro plano, que a campanha era desconhecida para as seguidoras do perfil. O foco do segundo eixo de comentários incidiu na urgência do compartilhamento desse tipo de informação para ampliar o conhecimento dos mecanismos de proteção e, especialmente, para a sensibilização da percepção dos atos violentos entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos.

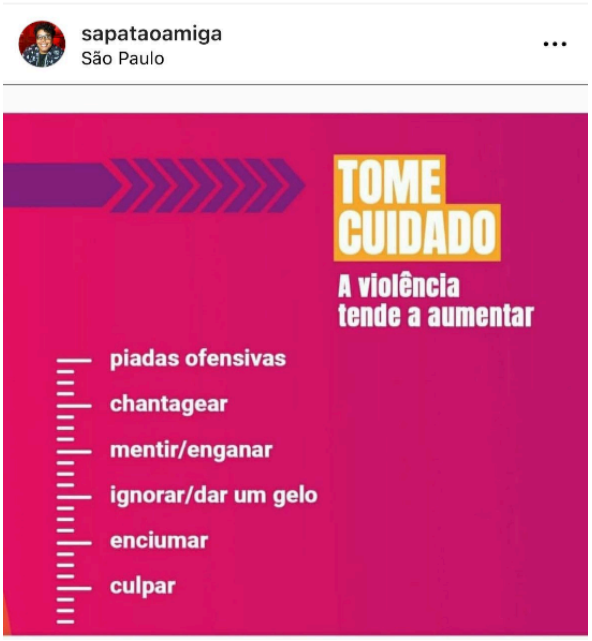
[12]O Violentômetro é um instrumento utilizado em todas as regiões do Brasil com o objetivo de ajudar as mulheres a identificar sinais da violência doméstica.

[13]No Brasil, desde 2006, contamos com a Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tipifica a violência em física, moral, psicológica, sexual e patrimonial. A Lei pode ser aplicada no âmbito de relação homoafetiva entre mulheres, desde que a violência tenha sido praticada em contexto de relação doméstica, familiar ou de afetividade e que haja situação de vulnerabilidade ou de subordinação.

Figura 16 – Postagem sobre o Violentômetro 1/5.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).

Figura 17 – Postagem sobre o Violentômetro 2/5.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).

Figura 18 – Postagem sobre o Violentômetro 3/5.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).

Figura 19 – Postagem sobre o Violentômetro 4/5.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).

Figura 20 – Postagem sobre o Violentômetro 5/5.

Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).

Jamine Miranda, dona da página @pretacaminhao, participou da interação nos comentários do post acima, assinalando a importância desse conteúdo. Na página @lesbicanegraecaminhao, encontramos os seguintes conteúdos sobre o tema da violência:

Figura 21 – Postagem sobre violência e relacionamento abusivo 1/8.

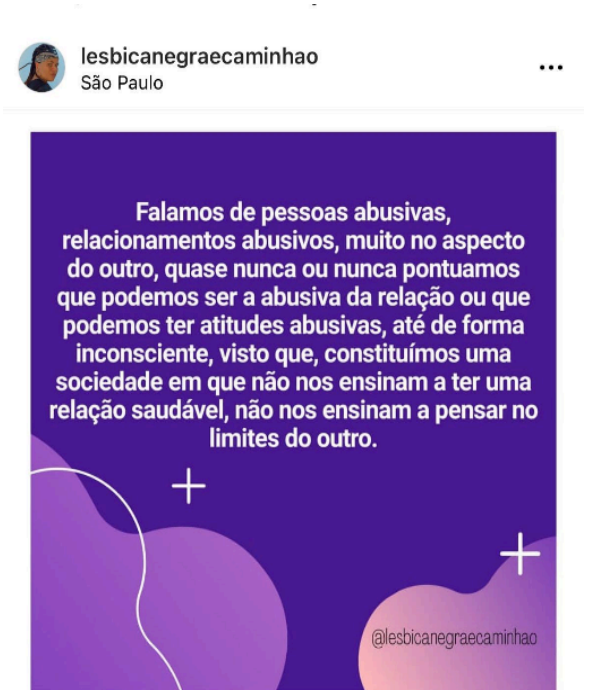
Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Figura 22 – Postagem sobre violência e relacionamento abusivo 2/8.

Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Alaine Santana, em sua página @lesbicanegraecaminhão, trata do tema das violências lesbofóbica e lesbocida. Destacamos duas postagens que tocam diretamente no tema das violências no contexto dos relacionamentos lésbicos. A primeira postagem foi feita no dia 04 de janeiro de 2021 provocando uma reflexão com a seguinte pergunta: "Vocês lidam bem em assumir que podem ser abusivas?". Na legenda do *post*, Alaine Santana convida as pessoas a avaliarem os seus comportamentos dentro das relações sem isentar a posição de agressora. Encontramos ecos fecundos dessa reflexão na pesquisa de Macedo (2020) intitulada, *Colonialidade da Sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México,* na qual a autora criticou a cristalização do jogo binário entre agressora e vítima, no qual, tem-se a culpabilização, estigmatização ou ostracismo de lésbicas que estejam exercendo violência. Macedo (2020), considera esse caminho contraproducente para a transformação dessa realidade.

Figura 23 – Postagem sobre violência e relacionamento abusivo 3/8.



Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Figura 24 – Postagem sobre violência e relacionamento abusivo 4/8.

Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Para Alaine Santana, se faz necessário avaliar a nossa posição de pessoas tóxicas e abusivas tendo em vista a forma de socialização colonial e heteropatriarcal baseada no controle e agressão. Encontramos na figura 23 um recorte da análise voltada aos relacionamentos lésbicos refutando a premissa da não violência nestes relacionamentos. O post incentiva uma autoanálise com o objetivo de as pessoas identificarem que também podem ser agressoras. Na sequência da postagem, nos deparamos, por um lado, com exemplos de atitudes consideradas abusivas e tóxicas, aproximando-se da escala de violência exposta por Ana Claudino no post sobre o Violentômetro.

Por outro lado, Alaine Santana chama atenção para os cuidados necessários na interpretação de uma relação abusiva tendo em vista que uma visão pautada no relacionamento perfeito nos moldes do amor romântico pode obstruir a identificação dos atos abusivos e violentos. Além disso, pontua a importância de compreendermos a definição de relacionamento abusivo para não incorremos no erro de esvaziarmos o sentido deste tema a partir de ações que venham a contrariar alguma das partes, isto é, não se pode considerar a parceira abusiva pelo fato de se negar a ir uma festa. Encontramos esta discussão nas pesquisas de Sousa (2017), através das quais ela tensiona a categoria abusivo, contextualizando-a em um cenário de mudanças de sensibilidades que revelam o que pode ser ou não considerado como violência.

Além disso, Alaine Santana reforça a importância de aceitar, assumir e avaliar os comportamentos abusivos para não os repetir. As reações ao post pontuaram que a discussão sobre o tema é relevante e escassa, sobretudo pelo imaginário da não violência nos relacionamentos lésbicos, e destacaram a dificuldade no reconhecimento da autopercepção de serem lésbicas abusivas. Alguns comentários apontaram para o autorreconhecimento da perpetração de atitudes abusivas em seus relacionamentos. Alaine Santana, no dia 07 de novembro de 2022, publicou em sua página um post específico sobre a Lei Maria da Penha como um mecanismo que acolhe as lésbicas em situação de violência.

Figura 25 – Postagem sobre a Lei Maria da Penha.

Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2022).

O texto publicado na legenda enfatiza a existência de violências na relação entre lésbicas, mas se afasta de qualquer comparação com as relações heterossexuais. O principal argumento desse conteúdo é o de conscientização sobre as consequências nefastas do modelo heteronormativo que tendem a naturalizar as opressões. Afastar-se deste modelo é uma das formas de repensar as dinâmicas relacionais entre lésbicas. Além disso, apresenta a Lei Maria da Penha[14] como um meio de assegurar às lésbicas, tanto no contexto de relacionamento íntimo, como no caso de violência vinda de familiares.

No final, o texto estimula a denúncia, a busca por uma delegacia especializada. Já para as agressoras, sugere uma avaliação das suas

[14]Há dez anos, Santos, Araujo e Rabello (2014, p. 115) apontavam: [...] "ainda que seja evidente no texto o reconhecimento da união homoafetiva de mulheres e da existência do sujeito social lésbica, a maioria dos veículos oficiais de divulgação da Lei Maria da Penha, como a Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres– maior campanha oficial nacional de divulgação da Lei –, pouco informa sobre a possibilidade do acesso à LMP por mulheres lésbicas e bissexuais, quando da violação de seus direitos na esfera intrafamiliar e doméstica. A maior parte das campanhas, geralmente feitas pelo governo ou ONGs dos movimentos feminista e/ou de mulheres, tem foco na violência conjugal, especialmente nas relações heterossexuais". Esta realidade ainda persiste e encontramos nos posts a tentativa de ampliar o conhecimento da Lei.

atitudes ao passo que estimula a busca por ajuda. As reações ao *post* mostraram dois eixos: o primeiro nos diz sobre a dificuldade de abordar esse assunto e a necessidade de ampliar essa discussão. Um comentário recomendou a leitura do livro, *Na Casa dos Sonhos*, de Carmem Maria Machado. O segundo evidencia o testemunho de lésbicas que buscaram o atendimento nas delegacias diante dos casos de violência em seus relacionamentos.

Coincidindo com o período da pesquisa no Instagram, no dia 29 de agosto de 2022 foram apresentados os dados da primeira etapa do I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022)[15]. O relatório expõe um mapeamento sobre as condições de vida e realidades da população lésbica do Brasil e está organizado em seis eixos temáticos: autoidentificação, trabalho, violência, família, saúde e redes. O eixo sobre violência retratou especialmente os tipos de atos lesbofóbicos sofridos pelas mulheres lésbicas. Esses documentos revelam o grave problema da lesbofobia e do lesbocídio e deixam lacunas ao que se refere às violências no âmbito dos relacionamentos lésbicos, que também se configura como uma violação de direitos. Sem dúvida, este documento ilustra o que observamos nas redes sociais e permite também que estas se apoiem em dados estatísticos para a formulação de suas análises e denúncias de violências.

Considerações finais

Este artigo é parte de uma etnografia em andamento sobre violência nos relacionamentos lésbicos. Nele focamos na análise de três perfis, e em particular, nas postagens relativas à relacionamentos afetivos entre mulheres lésbicas, no amor e em violências. Iniciamos a pesquisa seguindo os perfis do Arquivo Lésbico Brasileiro (@arquivolesbicobrasileiro- 11,0 mil seguidores) e da Brava (@brav.a_-67,3 mil seguidores). Através destes dois perfis conhecemos e acompanhamos os perfis, @sapataoamiga (25,6 mil seguidores), @lesbicanegraecaminhao (16,0 mil seguidores), e @pretacaminhão (18,4 mil seguidores) e constatamos que há similaridades e diferenças nos três perfis.

[15]Para maiores detalhes consultar em: https://lesbocenso.com.br/relatorio-primeira-etapa.

Nos perfis @sapataoamiga e @lesbicanegraecaminhao encontramos posts que abordam o tema da violência a partir de dois eixos: o primeiro articula a violência a lesbofobia, lesbocídio, violência contra pessoas LGBTQIAP+, violências contra mulheres lésbicas e trans. O segundo eixo foca na dimensão da violência entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos. Nessa direção o perfil da @sapataoamiga apresentou materiais de campanhas cujo conteúdo sinalizava para a conscientização da violência e dos órgãos de proteção. Houve uma sensibilização para a percepção dos atos violentos entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos.

Já no perfil @lesbicanegraecaminhao discute-se diretamente sobre a premissa da não violência nos relacionamentos lésbicos e chama atenção para a necessidade das sapatão/ lésbicas realizarem uma auto análise com o objetivo de se identificarem também como possíveis agressoras. Cabe salientar que a própria autodenominação do perfil, que inclui a categoria acusatória de "sapatão", remete ao imaginário social brasileiro de "lésbicas masculinizadas". Talvez o uso desta denominação remete ao imaginário social de vítima e agressora, ou seja, a agressora é vista como a parceira supostamente masculinizada, detentora de força e poder, o que foi analisado por Durães e Machado (2017), em julgamentos dos casos de violência no âmbito dos relacionamentos lésbicos nos Tribunais de Justiça do Sul do Brasil, onde identificaram que os argumentos dos juristas buscavam enquadrar a agressora a partir dos critérios de masculinidade e força.

Os *posts* analisados revelam as dificuldades que envolvem as dinâmicas de violência em parcerias lésbicas, especialmente, quando se trata de duas lésbicas que se auto reconhecem enquanto caminhoneiras negras. Chamamos atenção, para os efeitos da violência frente a determinadas "imagens" identitárias que reproduzem estereótipos e acusações contra mulheres que se reconhecem como sapatões, caminhoneiras, negras, gordas, faveladas, como "mais violentas".

Como as nossas imagens são construídas? Quais tipos de casais tem aceitabilidade? Quem tem cara de vítima? Quem tem cada de agressora? Nascimento (2020), em sua pesquisa doutoral, *Sapatões e mídia: Produções de identidades a partir de práticas de recepção,* analisa os tipos de representações de personagens sapatão nas mídias. Afasta-se das polêmicas superficiais em torno do beijo lésbico e centra-se no questionamento de quem pode ser visível e o como essa visibilidade se manifesta. Por exemplo, cadê a Sapatão? A machorra? Nascimento (2020), observa que a visibilidade lésbica se concentra em mulheres

brancas, femininas, casadas, monogâmicas e que desejam ter filhos, reforçando padrões heteronormativos. Estas, são lidas como vítimas. Já as lésbicas que fraturam esse modelo são frequentemente retratadas de forma cômica, estereotipada e com desprezo. Logo, são as agressoras. A análise carece de um aprofundamento. Contudo, os comentários nos posts dos três perfis, demonstram a necessidade de destacarmos esse olhar dicotômico ao analisarmos as violências nos relacionamentos lésbicos.

A existência lésbica (Wittig, 2022) confronta uma sociedade organizada a partir da masculinidade, branquitude e da heterossexualidade compulsória, deixando em evidência as estruturas de opressão e de violência a que as lésbicas se encontram submetidas na contemporaneidade e em particular em determinados grupos sociais, como o das lésbicas negras. Para Anzaldúa (2021), "a mulher de cor é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas" e acrescenta que a "lésbica de cor" ultrapassa a noção/experiência/vivência do invisível, tendo como destino a inexistência.

A análise dos posts destes perfis sobre lesbianidades no Instagram mostrou que há grande interesse por parte das mulheres lésbicas em falar a respeito de violências que vivem em seus relacionamentos. A existência deles e os comentários feitos por suas seguidoras, desconstroem tanto o mito da não violência nesses arranjos afetivos quanto às noções de vítima e de agressora. Também permitiram discutir, nomear e visibilizar publicamente violências no contexto dos relacionamentos lésbicos no Brasil dos anos 2021.

Referências:

ASSIS, L. S. *Lésbica caminhoneira e professora:* uma pedagogia crítica ao regime político heterossexual. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/b4a974c2-25e9-49e4-90e3-f8085d9e09ae/tc5010-Luana-Assis-Lesbica.pdf. Acesso em: 23 out. 2024

ALENCAR, R. S. *Violência doméstica na relação homoafetiva de mulheres Lésbicas*. 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

AMARAL, B. F.; FRAYMAN, L.; RIOS, M. C. A toxicidade oculta em relacionamentos lésbicos. *Atas de Ciências da Saúde*, v. 11, n. 2, p. 185-199, 2023.

ANZALDÚA, G. *A Vulva é uma Ferida Aberta e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

AVENA, D. T. A violência doméstica nas relações lésbicas: realidades e mitos. *Aurora - Revista de Arte, Mídia e Política*, v. 7, p. 99-107, 2010.

BACCHETTA, P. Circulações anzaldúa nas na ilha da tartaruga e na França: alguns elementos para uma historiografia densa e uma contextualidade-histórica densa. In: MARIM, C.; CASTRO, S. (Org.). *Estudos em decolonialidade e gênero*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2021.

BARRETOS, D. *et al*. A importância de um olhar interseccional nas pesquisas em plataformas digitais: análises sobre lesbianidades. *Mídia e Cotidiano*, v. 16, n. 3, p. 72-93, 2022.

BURKE, L. K.; FOLLINGSTAD, D. R. Violence in lesbian and gay relationships: theory, prevalence, and correlational factors. *Clinical Psychology Review*, v. 19, n. 5, p. 487-512, 1999.

CLAUDINO, A. *Informe mulheres, transforme vidas:* Violentômetro. 12 nov. 2021. Instagram: @sapataoamiga. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CWMCQS3JnFy/?img_index=5. Acesso em: 23 out. 2024.

CLAUDINO, A. O amor camarada sapatão. *Mídia Ninja*, 26 jan. 2020. Disponível em: https://midianinja.org/opiniao/o-amor-camarada-sapatao/. Acesso em: 23 out. 2024.

CLAUDINO, A. *Para Repensar o Amor*. 25 mai. 2022. Instagram: @sapataoamiga. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cd-vmMptfOd/?img_index=7. Acesso em: 23 out. 2024.

CLAUDINO, A. *Sobre Mulheres que Amam Mulheres:* E outras formas de afeto. 10 mai. 2022. Instagram: @sapataoamiga. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CdZkaHorZ-c/?img_index=1. Acesso em: 23 out. 2024.

COSTA, C. L. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. *Fragmentos*, n. 39, p. 45-59, 2010.

CRUZ, M. R. Solidão da mulher negra: uma história de invisibilidade afetiva. *Humanas em Perspectiva*, v. 1, 2021.

CUNHA, A. M. *Sapatão, lésbica, caminhoneira, lady, butch:* o que você queer? Uma análise da (des)construção do ethos da mulher lésbica em canais do Youtube. 2021. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

DINIZ, D.; COSTA, B. S.; GUMIERI, S. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 23, n. 114, p. 225-239, 2015.

DURÃES, T. S.; MACHADO, I. V. Lesbianidades e Lei Maria da Penha: problematizações a partir de uma análise jurisprudencial nos tribunais do sul do país. *Gênero & Direito*, v. 6, n. 2, 2017.

FERNANDES, R. *Negritude e relações não monogâmicas:* as dimensões micropolíticas do amor. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; LOSSO, J. C. M. *Gênero e Violência:* Pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Mulheres, 2006.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Org.). *Masculino, feminino, plural:* gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293-313.

LIMA, F. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 2, p. 66–82, 2018.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento Feminista:* conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 243-245.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935- 952, 2014.

MACEDO, A. C. B. *Colonialidade da sexualidade:* uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México. 2020. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MACHADO, C. M. *Na Casa dos Sonhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MIRANDA, J. *Meu tipo é o meu tipo!* 24 set. 2022. Instagram: @pretacaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ci5NwoeOY29/. Acesso em: 23 out. 2024.

MIRANDA, J. *O meu amor sapatão não é segunda opção!* 26 ago. 2020. Instagram: @pretacaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CEW_fXcHkjl/. Acesso em: 23 out. 2024.

MIRANDA, J. *Textão caminhão:* "Entre mulheres isso não existe!": sobre romantização e violências nas relações entre mulheres. Instagram: @pretacaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CQJBj6HHwmf/. Acesso em: 23 out. 2024.

MOURA, S. N. C.; RAMOS, M. M. A mulher lésbica é mulher para a Lei Maria da Penha? *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. 2, p. 1168-1199, 2022.

MOTTER, J. P. J. Rebuceteias: conectividades lésbicas em tempos de covid-19. In: Encontro Regional Centro-Sul da ABCiber, 2., *Anais Eletrônicos* [...] 2020. Disponível em: https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2020/paper/view/977/494. Acesso em: 23 out. 2024.

NASCIMENTO, F. *Sapatões e mídia:* produções de identidade a partir de práticas de recepção. 2020. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

NUNAN, A. Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? *Psico*, v. 35, n. 1, p. 69-78, 2004.

PERES, M.; SOARES, S.; DIAS, M. C. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil:* de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

RENZETTI, C. M. Violence in Lesbian Relationships: A Preliminary Analysis of Causal Factors. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 3, n. 4, p. 381-399, 1988.

RENZETTI, C. M. *Violent Betrayal:* Partner Abuse in Lesbian Relationships. Los Angeles: Sage Publications 1992.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, v.4, n. 5, p. 17-44, 2012.

RISTOCK, J. L. Exploring dynamics of abusive lesbian relationships: preliminary analysis of a multisite, qualitative study. *American Journal of Community Psychology*, v. 31, n. 3-4, p. 329-341, 2003.

ROCHA, C. P. V. *et al. O presente remoto:* etnografia de tela e outras metodologias de pesquisa e ensino do Núcleo de Antropologia Visual (NAVI/UFSC). Brasília: ABA Publicações, 2023.

ROJAS, A. A. M. *Maltrato y violencia al interior de relaciones de pareja lesbianas "el segundo closet"*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidad de Chile, Santiago, 2009.

ROSA, A. P. G. *Quarenteners:* leituras partilhadas durante a pandemia da Covid-19. 2022. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022.

SANTANA, A. *Lei Maria da Penha para lésbicas*. 7 nov. 2022. Instagram: @lesbicanegraecaminhao. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/Ckqsvl9OmP_/. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTANA, A. *O Amor...* 22 mar. 2021. Instagram: @lesbicanegraecaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CMt3wC1Hxfh/?img_index=1. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTANA, A. *Ser caminhoneira é estar à margem do afeto*. 28 jan. 2021. Instagram: @lesbicanegraecaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKmkXsnnxIe/?img_index=1. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTANA, A. *Vocês lidam bem em assumir que podem ser abusivas?* 4 jan. 2021. Instagram: @lesbicanegraecaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CJnx4iDH3yh/?img_index=8. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTOS, A. C. C. Lésbicas negras (re)existindo no movimento LGBT. In: GREEN, J. N. *et al.* (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

SANTOS, N. C. R.; FREITAS, R.; CEARA-SILVA, G. L. Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. *Serviço Social & Sociedade*, v. 134, p. 124-141, 2019.

SANTOS, T. N.; ARAUJO, B. P.; RABELLO, L. R. Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica. *Bagoas*, n. 11, p. 101-119, 2014.

SOUSA, F. K. M. Narrativas sobre relacionamentos abusivos e mudança de sensibilidades do que é violência. In: Seminário FespSP - Incertezas do Trabalho, 2017, São Paulo. *Anais dos Seminários de Pesquisa da FESSP* [...] São Paulo: 2017. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_13/Fernanda_Sousa_GT13.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

THOMÉ, C. A.; MARTINS, V. C. Literatura e afetividade nas redes durante a pandemia: Uma análise das interações na "Quarentena Literária". *Rizoma*, v. 9, n. 1, 2021.

TOPA, H. No arco-íris também há roxo: violência conjugal nas relações lésbicas. *LES Online*, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2010.

WITTIG. M. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Abstract:

This article analyzes the issue of violence in lesbian relationships, with the Instagram platform and social network as the locus of research. Through a screen ethnography (Rocha et al., 2023), we began the research by following the profiles of the Brazilian Lesbian Archive (@arquivolesbicobrasileiro - 10.6 thousand followers) and Brava (@brav.a_ - 67.3 thousand followers), focusing on posts related to the themes of love and violence in the context of lesbian relationships. Through the recommendations of these profiles, we became acquainted with and followed the profiles of @sapataoamiga (24.3 thousand followers), @lesbicanegraecaminhao (16.0 thousand followers), and @pretacaminhao (18.4 thousand followers), due to the production and circulation of the thematic focus. In our analysis, we seek to verify how the theme of violence in lesbian relationships emerges in the 2020s in Brazil through the circulation of posts, comments, and reactions to them.

KEYWORDS: Violence. Lesbian relationships. Instagram

Pâmela Laurentina Sampaio Reis
Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da UFSC.

Miriam Pillar Grossi
Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle –Université de Paris. Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora aposentada e atua como voluntária junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH)

Recebido em: 24/10/2024
Aprovado em: 07/12/2024